

Leandro Bastos Nunes

EVASÃO DE DIVISAS

Atualizado com a Lava Jato

2ª Edição

Revista e ampliada

2017



www.editorajuspodivm.com.br

Rua Mato Grosso, 164, Ed. Marfina, 1º Andar – Pituba, CEP: 41830-151 – Salvador – Bahia
Tel: (71) 3045.9051

• Contato: <https://www.editorajuspodivm.com.br/sac>

Copyright: Edições JusPODIVM

Conselho Editorial: Eduardo Viana Portela Neves, Dirley da Cunha Jr., Leonardo de Medeiros Garcia, Fredie Didier Jr., José Henrique Mouta, José Marcelo Vigliar, Marcos Ehrhardt Júnior, Nestor Távora, Robério Nunes Filho, Roberval Rocha Ferreira Filho, Rodolfo Pamplona Filho, Rodrigo Reis Mazzei e Rogério Sanches Cunha.

Diagramação: Cendi Coelho (cendicoelho@gmail.com)

Capa: Ana Caquetti

N972e Nunes, Leandro Bastos.
Evasão de Divisas / Leandro Bastos Nunes – Salvador: JusPODIVM, 2017.
236 p.

ISBN 978-85-442-1580-7.

1. Direito Processual Penal I. Nunes, Leandro Bastos. II. Título.

CDD 341.43

Todos os direitos desta edição reservados à Edições JusPODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e da Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

1103883

SUMÁRIO

EVASÃO DE DIVISAS.....	13
1. Conceito.....	13
2. As Contas CC5	14
3. A Sistemática Do Dólar Cabo.....	15
4. Offshore (Paraíso Fiscal).....	16
5. Princípios ligados ao tipo.....	24
5.1. O Princípio da Boa-Fé objetiva	24
5.2. O Crime de Violação e Interceptação de Mensagens Eletrônicas.....	26
5.3. O Princípio da Prosperidade.....	27
5.4. Aplicação nas diversas esferas sociais.....	28
6. Tipo penal vigente: Lei 7492/86 (Evasão de divisas).....	29
7. Bem jurídico tutelado (objetividade jurídica ou bem jurídico tutelado).....	29
8. Conceito de Evasão de divisas por intermédio de interpostas pessoas ("laranjas").....	51
9. Evasão de divisas e procedimento administrativo do BACEN	52
10. Consequências do crime e a dosagem na pena-base	55
11. Casuística de culpabilidade acentuada	62
12. Desnecessidade de prova pericial para a configuração dos crimes.....	67
13. Evasão de divisas e gestão fraudulenta.....	72
14. Evasão de divisas e falsa identidade em operação de câmbio (art. 21 Da Lei n.º 7.492/86)	76
15. Evasão de divisas e indução de repartição pública em erro por sonegação de informações	79

16.	Evasão de divisas e falsidade ideológica.....	80
17.	Para o STF (concurso real ou material de crimes).....	90
17.1.	Para os TRFs (2ª E 4ª REGIÕES): crime formal	91
18.	Importação por meio de cartão de crédito	98
19.	Lavagem de dinheiro e evasão de divisas	99
20.	Inaplicabilidade do princípio da insignificância.....	103
20.1.	Casuística jurisprudencial.....	105
21.	Evasão de divisas e crime impossível	110
22.	Prova da materialidade do fato e a cooperação jurídica internacional	115
23.	Questões processuais relevantes	122
23.1.	É produto ou proveito?	125
24.	Exportação de Mercadoria sem cobertura cambial configura o crime?	126
25.	As operações de subfaturamento ou superfaturamento podem configurar a evasão de divisas?.....	132
26.	Progressão Criminosa.....	133
27.	Evasão Formiga	134
28.	Competência	134
29.	Última parte do parágrafo único do art. 22 da Lei 7.492/86 (evasão depósito)	135
29.1.	Entendimento da Jurisprudência	135
30.	A manutenção de depósito em fundos de investimentos no exterior e o crime de evasão de divisas.....	137
31.	A Operação Lava Jato	142
32.	“Vazamentos” (revelações de conteúdos sigilosos) seletivos de dados	147
33.	A PEC 241 dos gastos públicos e a Lava Jato.....	149
34.	Retaliações à Lava Jato	149
35.	Premiações à Lava Jato	150
36.	Dados práticos da Lava Jato	152
36.1.	Segunda fase.....	156
37.	Jurisprudências relacionadas à lava jato.....	159

38.	O garantismo na visão atual do STF	162
39.	A atribuição do Ministério Público para firmar acordo de leniência.....	168
39.1.	A Teoria dos Poderes Implícitos	169
39.2.	Previsão legal para a propositura do Pacto de Leniência pelo MP:	172
40.	O acordo de leniência com a Empresa Rolls-Royce.....	173
40.1.	O programa de integridade denominado Compliance.....	174
40.2.	Repercussões da lava jato no fórum econômico mundial na Suíça	175
41.	O fundamento “ordem pública” na prisão preventiva do empresário Eike Batista.....	176
41.1.	A prisão cautelar	176
41.2.	As convenções contra a corrupção no Brasil	177
41.3.	A decisão que decretou a preventiva de Eike	177
42.	A legitimidade recursal dos “colaboradores” no acordo de colaboração premiada	182
42.1.	Origem história da colaboração.....	182
42.2.	Efeitos na esfera jurídica de terceiros (“delatados”)	183
42.3.	Precedentes do STF e STJ	183
43.	A validade da colaboração premiada na hipótese de investigado ou réu preso envolvido em organização criminosa	185
43.1.	A colaboração premiada.....	185
43.2.	A validade do pacto quando o investigado (ou réu) estiver preso	186
43.3.	Precedente do Supremo Tribunal Federal (STF).....	187
44.	Conclusões	189
	REFERÊNCIAS.....	191

Anexo I

LEI nº 7.492, DE 16 DE JUNHO DE 1986 195

Anexo II

Regulamento do mercado de câmbio e capitais internacionais..... 199

Anexo III

Regulamento do Mercado de Câmbio e capitais Internacionais 201

Anexo IV

Lei nº 13.254, de 13 de janeiro de 2016..... 203

Anexo V

Lei nº 12.850, de 2 de agosto de 2013 209

Anexo VI

Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 217

Anexo VII

Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998..... 227